

## Mundo Cabo Delgado tenta regressar à normalidade

# É possível negociar a paz com o radicalismo islâmico?

O Al Shabab professa um discurso contra o Estado, as suas instituições, e sublinha duas palavras: corrupção e desigualdade

**Amílcar Correia,**  
em Cabo Delgado

Não se sabe muito sobre o Al-Shabab, que significa juventude em árabe e cujos elementos são conhecidos em Moçambique por *mashababos*. O grupo islâmico evita a visibilidade pública e é dirigido por moçambicanos radicalizados, que têm o apoio de combatentes tanzanianos, congoleses ou somalis, provenientes de grupos filiados no Daesh, confirma Cristóvão Chume, ministro da Defesa.

O que pretendem inclui a imposição da lei islâmica, a *sharia*, ou a criação de *madrassas*. O que professam é um discurso contra o Estado, as suas instituições, e sublinham duas palavras: corrupção e desigualdade. Fazem-se através da comunicação oral com as populações, de palestras de doutrinação aos raptados e aos elementos recrutados entre os jovens sem expectativas de emprego ou cativados pelo banditismo armado.

O Governo moçambicano tem classificado os ataques como sendo terroristas, de incidência internacional, mas os especialistas referem-se a ele como insurgência armada. O rasto da sua actividade é devastador e traumático: assassinatos, aldeias incendiadas, roubos, sequestros e recrutamento de jovens destinados ao proselitismo, e violência sexual.

“Aquilo que nós sabemos é que, quando as pessoas são raptadas, são sujeitas a sessões de doutrinação, onde surge alguém que, geralmente, domina melhor o Alcorão e que selecciona partes específicas, mais radicais, vamos chamar assim”, diz João Feijó, investigador do Observatório do Mundo Rural, uma organização não governamental. O sociólogo acrescenta que, posteriormente, “surge alguém que faz a ponte religiosa com o mundo actual, com a injustiça social, a corrupção; com o exemplo do enfermeiro ou do polícia que pede dinheiro. É aí que surge o discurso anti-Estado”. Feijó não tem dúvidas de que o recurso ao Alcorão é uma resposta a “este caos social” e que há nisso uma “crítica social”.

Por outro lado, o conceito de *sharia* gera algumas imprecisões. Feijó explica porque: “O conceito religioso árabe



PAULO PIMENTA

remete para a justiça islâmica, mas não existe nenhuma expressão para justiça nas línguas bantus.” O que se passa, continua, é que *sharia* em suaíli, uma das línguas faladas em Cabo Delgado, quer dizer justiça. “É pela cultura suaíli que as populações do Norte tomam conhecimento do conceito de justiça, num país onde a justiça não existe. Quando as populações exigem *sharia*, temos de perceber o que significa antropologicamente.”

### “Frelimo foi terrorista”

“A radicalização tem ligações ao Estado Islâmico, a partir de um certo momento, por causa da sofisticação dos ataques, por causa de uma organização mais elaborada. Mas o discurso, que promete prosperidade e salvação, não é sedutor para a população em geral. As pessoas têm as suas próprias convicções”, nota Teresa Cunha, socióloga e co-autora do estudo *Guerra, Deslocamento Forçados e Resposta à Crise em Cabo Delgado*, realizado pela organização não governamental Ajuda em Acção.

“No início do conflito”, relembra, “faziam promessas e tentavam colocar as pessoas contra o Estado moçambicano. Mas as promessas não foram cumpridas; as pessoas foram atacadas a seguir.” “A violência tem hoje menos intensidade”, concorda. “Existe a teoria de que o grupo recuou para se organizar, que mudou de tática, e que agora tentar seduzir a população, e uma outra tese segundo

a qual esse recuo se deve, pura e simplesmente, ao sucesso da intervenção internacional.” “Mas não sabemos o que predomina.” E resume: “Entrámos numa nova fase do conflito, com o regresso dos desalojados e com a diminuição dos ataques.”

Borges Nhamire, investigador do Instituto para Estudos de Segurança, um centro de investigação independente, refere que a “má gestão dos recursos naturais criou insatisfação local e que a pobreza gera falta de esperança e o radicalismo islâmico”. Nhamire anota que os pregadores não são moçambicanos e que, sociologicamente, não há diferenças entre o Sul da Tanzânia e o Norte de Moçambique. “O Estado só se lembrou desta gente quando surgiram os recursos”, resume. Para o investigador, “este é o momento ideal para negociar”, por exemplo, “a maior participação política da comunidade islâmica”, que representa 60% da população de Cabo Delgado. “O Governo conhece as lideranças. Não ficava surpreendido se houvesse negociações”, diz. “Um dia, Renamo, Frelimo e Nelson Mandela também foram terroristas...” O ministro da Defesa, Cristóvão Chume, tem uma opinião contrária: “Só se dialoga com alguém que se sabe onde está.”

O grupo jihadista está confinado e disperso, mas continua a atacar. O Governo pode garantir alguma segurança no triângulo Afungi-Palma-Mocímboa da Praia, mas não são neces-



Os desalojados pela insurgência jihadista começaram a regressar às suas aldeias com a diminuição dos ataques

## Três perguntas a João Feijó Al-Shabab em Cabo Delgado “é uma espécie

**O islamismo chegou à costa norte de Moçambique com a cultura suaíli que se espalhou por toda a África oriental. Mas quando falamos das ligações entre o grupo Al-Shabab e o autoproclamado Estado Islâmico estamos a falar de um mito ou de uma realidade?**

Nas nossas entrevistas [em Cabo Delgado], constatamos que os líderes se apresentam como pertencendo ao Estado Islâmico e que utilizam uma bandeira muito parecida. Tinham sempre alguém a filmar quando raptavam. A minha interpretação é que isto funciona como uma espécie de *franchising*. Aliando-se ao Estado Islâmico, ganham publicidade, recrutamento e mercenários para ataques de maior envergadura. E podem ganhar algum apoio em treino e armamento. Eu acho que essa ligação existe. Até porque, sempre que há um ataque, também há um anúncio (em tempo real) da agência do Estado Islâmico. E também não há dúvida de que os líderes mais influentes são moçambicanos, porque são eles que falam as

línguas locais e têm a capacidade de recrutamento. Por outro lado, não conheço nenhuma guerra que não tenha tido apoio externo. A Frelimo teve apoio externo. A Renamo teve apoio externo. **A chegada de militares do Exército ruandês alterou o conflito. O Al-Shabab tem condições para resistir?**

Eles não confrontaram o Exército ruandês. O que acontece é que eles utilizaram a típica técnica de guerrilha, que a Frelimo e a Renamo também já tinham utilizado. Optaram por se dispersar por pequenos grupos e actuar na periferia, onde o inimigo está mais fraco, que foi o que fez a Frelimo na sequência da *Operação Nó Górdio*... É por isso que eu digo que esta é a





LUÍS FONSECA/LUSA

# Moçambique não pode morrer nas urnas, nem em Cabo Delgado

## Análise



**Amílcar Correia, em Maputo**

A Renamo entregou as armas e desmilitarizou-se. Por enquanto, o processo de paz e reconciliação em Moçambique é uma realidade. O que está por saber é se se trata de uma realidade volátil ou irreversível. As eleições autárquicas de 11 de Outubro serão um teste à robustez do acordo entre o Governo e o principal partido da oposição e adversário histórico desde a independência.

Moçambique confronta-se agora com dois problemas cruciais: a solidificação democrática e a construção de um Estado de direito e a resolução do conflito de Cabo Delgado. No primeiro caso, o Governo tolerou duas marchas pela democracia, nas ruas da capital, o que é inédito, uma organizada com preocupações suprapartidárias e outra pela Renamo. Uma concentração recente, a 18 de Março, na sequência do funeral de Azagaia, conhecido como “rapper do povo”, que morreu em circunstâncias indeterminadas, acabou com disparos de gás lacrimogéneo, 22 detidos e um ferido.

As marchas pacíficas tiveram o enquadramento da comemoração do 48.º aniversário da independência de Moçambique e realizaram-se na véspera dos festejos, a 24 de Junho. A primeira delas teve a prudência de se iniciar junto à estátua de Eduardo Mondlane, fundador histórico da Frelimo, e de terminar junto à de Samora Machel, primeiro Presidente do país, e de utilizar nas imagens dos cartazes os rostos de figuras históricas dos dois partidos principais e da luta contra o colonialismo, embora sob palavras de ordem como “Povo no poder, sim, não temos medo”, utilizando, inclusive, discursos do segundo.

As duas reivindicações mais insistentes em Moçambique são fáceis de entender: eleições justas e transparentes e a despartidarização do regime. Os cadernos eleitorais são uma forma de desvirtuar os resultados logo à partida e um receio constante dos partidos da oposição. Por outro lado, o país tem sido governado pela Frelimo desde a independência, o que contribui para a osmose entre o partido e o Estado.

O Presidente Filipe Nyusi tem

agora do seu lado a responsabilidade de assegurar a efectiva reconciliação nacional. E, para isso, é necessário assegurar a inclusão social dos militares da Renamo desmobilizados e que o resultado das eleições seja fiável, duas condições imprescindíveis para evitar qualquer retrocesso político. A guerra acabou. As fontes de discórdia entre Governo e oposição deixaram de ser as armas e passaram a ser os votos.

O outro problema diz respeito a Cabo Delgado, uma das províncias economicamente mais pobres, mas extremamente rica em recursos: madeiras, pedras preciosas, minerais e hidrocarbonetos. A insurgência armada do grupo jihadista Al-Shabab diminuiu, muito pela intervenção militar externa, mas a situação está longe do fim. Os ataques persistem.

Nem as tropas internacionais irão permanecer indefinidamente ali, transformando a província num protectorado, nem os insurgentes se extinguirão de um dia para o outro. E não desaparecerão se as razões que originaram o embate também não desaparecerem.

Todos os países têm assimetrias. E as que existem em Moçambique entre o Norte e o Sul são muito profundas. O Norte do país tem as suas especificidades, nomeadamente linguísticas, como se fossem dois países distantes (de Maputo a Palma são mais de 2600 quilómetros intransitáveis). Há uma frase gasta, segundo a qual Maputo se alimenta dos recursos do Sul e do centro do país. A pobreza está onde estão os recursos, a riqueza está onde reside o poder político.

O Governo não tem capacidade para governar o país como um todo, porque não tem recursos para isso, nem de assegurar a sua defesa territorial. O Estado português também não o conseguiu. São, por isso, cada vez mais as vozes que sugerem o diálogo entre o Governo

e os radicais, como forma de travar a guerrilha, sem o qual se torna mais comprometedor assegurar a extracção de recursos e a melhoria da situação económica.

O ministro da Defesa Nacional diz que não se pode negociar com quem não se conhece, mas especialistas e observadores do conflito afirmam o contrário: os líderes do grupo são conhecidos. A verdade é que a vida continua serena em Maputo. Assim como na guerra colonial, ou da independência, consoante a versão, quem vive na capital continua a ir à praia, à piscina ou os restaurantes, como diz o sociólogo João Feijó.

Eventuais negociações teriam de incluir o reconhecimento de mais direitos e participação das populações locais, particularmente de religião islâmica, mas não se afigura fácil chegar a entendimento com quem defende a aplicação da lei islâmica até às últimas consequências e com quem quer implodir todos os resquícios de secularidade.

É irónico que um Estado que se tornou independente com o auxílio da Tanzânia, onde Eduardo Mondlane se refugiou, não se consiga estender até à fronteira com esse país vizinho, de onde são oriundos alguns dos elementos radicais da insurgência armada. O cenário inverteu-se no território onde em tempos a guerrilha combatia o colonialismo português. Hoje, é o Governo da Frelimo que é o alvo da guerrilha.

A ausência de Estado – ou a presença dele através de militares que não dominam as línguas locais e que são acusados de violarem direitos humanos – causa um vazio e um descontentamento dos quais o radicalismo se alimenta para arregimentar jovens prosélitos sem futuro no horizonte. Não é por acaso que a insurgência tem por alvo as instituições do Estado, os seus representantes e os que pactuam com ele.

O prolongamento do embate vai dificultar a exploração dos recursos da província e, se as vantagens que daí advêm para a população local não forem palpáveis, o mesmo vai arrastar-se por tempo indefinido. A equação é complexa e o equilíbrio delicado. Mas esta é a oportunidade de democratizar o regime, redistribuir recursos e garantir que a reconciliação nacional seja mais definitiva do que momentânea. Moçambique não pode morrer nas urnas, nem em Cabo Delgado.

**Jornalista**

## de franchising”

terceira vez que estamos a ver o mesmo filme.

### Mas sabe-se qual é a dimensão deste grupo?

As estimativas apontam para terem chegado a ser mais de dois mil. Relatos dos ataques em Mocimboa da Praia referem 700 pessoas e os de Palma entre 400 a 500. Hoje, devem ser cerca de 200, se estivermos a falar da parte militar. Muitos deles estão, anonimamente, nas aldeias e vilas. Não sabemos se enterraram a arma ou se vão regressar. Eles conhecem muito bem a mata, as potencialidades nutritivas das raízes e plantas silvestres. Num território com uma mata densa, abriram clareiras, onde foram construídos aldeamentos. Escondem-se nestas bases. Há florestas tão fechadas nas quais não se vê a luz e onde construíram bunkers. Os insurgentes nunca saíram da bacia do rio Messalo [o maior do Nordeste de Moçambique], porque têm acesso a água, peixe e às machambas (pequenos terrenos agrícolas). Estão habituados a sobreviver no mato.

sários grandes meios para fazer guerrilha neste contexto de florestas cerradas. Até porque, como recorda João Feijó, “nenhuma guerra até hoje se resolveu só com a parte militar”.

“O que as pessoas nos dizem é que querem paz”, diz Teresa Cunha, “e que a paz só vai ser conseguida com diálogo.” “Há iniciativas de base ao nível das conversações inter-religiosas nas províncias.” “Será que é muito pedir paz?”, perguntava o bispo de Pemba, D. Luís Fernando Lisboa, em Novembro de 2020, acrescentando que “o povo está cansado da guerra”. Entre ameaças de morte e pouco apoio do episcopado e do clero, Luís Fernando Lisboa foi nomeado para uma diocese brasileira e deixou o país. Optimista, Teresa Cunha acredita que a “reconciliação com a Renamo vai dar um alento a que aconteça o mesmo em Cabo Delgado”.

“Deve ser um feito um exercício de reconciliação”, pede Jesus Pérez Marty, director da Ayuda en Acción, uma organização não governamental. “Há vítimas e perpetradores que, em muitos casos, são vizinhos, pessoas que se conhecem. Deve ser feito um trabalho aprofundado, para obter a reconciliação”, sintetiza Marty. “Exige esforço conjugado entre o Governo, a comunidade internacional e as comunidades locais, mas é uma bela utopia.” E é, de facto.

**O PÚBLICO viajou a convite da Presidência de Moçambique**